



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS – CAMPUS III
CURSO DE LETRAS

MARIA PERPETUA DO SOCORRO SILVA SANTOS BARBOSA

**LETTURA E ENSINO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA**

GUARABIRA - PB
2016

MARIA PERPÉTUA DO SOCORRO SILVA SANTOS BARBOSA

**LEITURA E ENSINO:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras-Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Sales Barros

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B1251 Barbosa, Maria Perpétua do Socorro Silva Santos
Leitura e ensino: [manuscrito] : perspectivas teóricas para a
educação básica / Maria Perpetua do Socorro Silva Santos
Barbosa. - 2016.
17 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Adriana Sales Barros, Departamento de Letras".

1. Leitura. 2. Ensino. 3. Currículo. I. Título.

21. ed. CDD 028.5

MARIA PERPÉTUA DO SOCORRO SILVA SANTOS BARBOSA

**LEITURA E ENSINO:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho apresentado à Coordenação do
Curso de Licenciatura em Letras da
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
como requisito parcial para a obtenção do
Grau de Licenciada em Letras.

Aprovada em: 20/05/2016

BANCA EXAMINADORA

Adriana Sales Barros 760.939.214-68

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Sales Barros

Orientadora

Rosângela Neres A. Silva

Prof.^a Dra. Rosângela Neres Araújo da Silva

Examinadora

Francineide Fernandes de Melo

Prof.^a Ms. Francineide Fernandes de Melo

Examinadora

RESUMO.....	05
INTRODUÇÃO.....	06
1 O QUE É MESMO LEITURA COMO PRÁTICA SOCIAL.....	07
2 ENSINO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES CURRICULARES.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	17

LEITURA E ENSINO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Perpétua do Socorro Silva Santos Barbosa¹

RESUMO

O presente texto reflete o ensino da leitura na educação básica por meio de uma revisão bibliográfica sobre a temática em destaque. Para tanto, objetivamos: problematizar o que é a leitura como prática social; pensar sobre o ensino da leitura; e, prognosticar perspectivas teóricas para contribuir com o ensino da leitura na educação básica. Com base nos objetivos específicos, propomos diálogos com alguns teóricos, tais como Antunes (2003), Kleiman (1995), Lajolo (2004), dentre outros, bem como nos dispusemos a realizar uma pesquisa documental com vistas a perceber como o ensino da leitura é abordado nas políticas de currículo para a educação básica no Brasil. Nessa direção, operamos na defesa de que o ensino da leitura precisa ser problematizado no seio da escola, uma vez que em muitas situações conferimos uma importância da leitura apenas nos discursos docentes, enquanto que os desafios postos na prática inviabilizam um ensino da leitura de modo satisfatório. Com base nesse cenário contextual, concluímos que o ensino da leitura na educação básica é permeado por tentativas falhas, em alguns casos engessadas pelas avaliações externas em larga escala e não propiciam a formação emancipadora do educando. Portanto, revisar a literatura pedagógica na tentativa de traçar caminhos para a superação dessas dificuldades é basilar para que consigamos propor um ensino da leitura como exercício para a reflexão do social e sua transformação.

Palavras-chave: Leitura; Ensino; Currículo.

¹ Licencianda em Letras – Língua Portuguesa. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: pretaecarlinhos@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Entendemos que o exercício da leitura é a base para obtenção do conhecimento e ascensão em todas as disciplinas e áreas do conhecimento pertencentes ao currículo da educação básica, pois, independentemente da idade/série do aluno, estes precisam envolver-se em ações para refletir sobre o mundo, seja sob a perspectiva da realidade, seja sob a da fantasia. Sabe-se que o hábito pela leitura, por si só não basta, é preciso estimular nos educandos o gosto pela leitura, uma vez que o exercício contínuo da mesma será a porta para a exploração da linguagem mais eficaz. Sendo assim, a leitura perpassa o contexto político, social e econômico e cultural dos indivíduos, pois promove principalmente a reflexão e a interação dos alunos, tornando-os sujeitos ativos, capazes de interpretar, compreender e transformar a sociedade, e assim, formar um leitor ativo pra a vida inteira.

Neste trabalho nos propomos a entender o ensino da leitura para além do âmbito do componente curricular Língua Portuguesa na educação básica. Desafiados pelas tessituras possíveis de se prognosticar caminhos a serem percorridos para a implementação de projetos de escolas leitoras, partimos de uma análise de como o currículo escolar pensa sobre a leitura, quais competências ou sentidos atribuímos a essa temática mediante o ensino da língua materna nas escolas brasileiras.

A partir de uma revisão bibliográfica, pautamos uma reflexão que se correlaciona com a preocupação em garantir que os alunos sejam efetivamente capazes de ler um texto, na tentativa teórica de superar o discurso vazio em torno do objeto de estudo. Para tanto, buscamos fundamentar possibilidades para a consecução de propostas plurais para o exercício da leitura na escola pública.

Ao problematizarmos a pesquisa por meio da interrogação “Como ensinar a ler para além das aulas de língua portuguesa?”, passamos a refletir sobre outra questão pontual em nossa análise: estamos, de fato, proporcionando aos alunos um exercício pleno da leitura que lhes permitam ler com rigor, superando a simples decodificação do texto?

Com o nosso problema identificado na pesquisa, operamos a partir de um recorte teórico-metodológico que atenda às nossas inquietações. Sendo assim, este trabalho faz uma releitura sobre o ensino da leitura prescrito nas políticas de

currículo nacionais, por meio de uma análise acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1997) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 7, de 4 de julho de 2010).

Sendo assim, este texto está estruturado em três etapas que nos possibilitam refletir sobre o objeto de estudo pontuado. Em um primeiro momento, desenvolvemos sobre o questionamento: “o que é leitura como prática social?”. Em seguida, refletimos sobre a leitura no currículo escolar para entendermos como tratamos o ensino de leitura nas políticas de currículo, as quais orientam e definem diretrizes para a prática educativa. Após essa reflexão, nossa tarefa se direciona a apontar os desafios que enfrentamos no ensino da leitura na educação básica e como podemos pensar a superação dessas dificuldades.

Nossa pretensão é superar a ideia do ensino da leitura enraizada na lógica empresarial, pela qual pretendemos desenvolver competências técnicas em nossos educandos para que os mesmos sejam capazes de desenvolver a interpretação daquilo que leem. Nosso foco se direciona a defesa de um ensino da leitura para o exercício pleno da cidadania, pautada na formação humana e integral dos educandos. Não podemos propor um paradigma do ensino da leitura focado em práticas educativas tecnicistas e tradicionais, mas sim com base no reconhecimento do sujeito como ser histórico, cultural e social. Essa premissa nos exige esforço e reflexão sobre o que entendemos como leitura e quais concepções de ensino trazemos para o nosso trabalho.

1 O QUE É MESMO LEITURA COMO PRÁTICA SOCIAL

A linguagem é uma necessidade básica de comunicação para as pessoas que constituem a sociedade. É a partir dela que são realizadas várias relações de comunicação e interação entre o ser humano, assim como nos aponta Gnerre (2003, p.5):

A linguagem não é usada somente para veicular informação, isto é, a função referencial denotativa da linguagem não é senão uma entre outras; entre estas ocupa uma posição central a função de comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive.

Já a partir da concepção do ser humano é despontada a linguagem, seja através do contato dos pais em conversas direcionadas ao feto, que sente todas as carícias que despertam nele sentimentos que os pais querem transmitir e os retribui com movimentos capazes de promover momentos de emoção e interação familiar. Para Martins (1994, p. 11) “desde os nossos primeiros contatos com o mundo, percebemos o calor e o aconchego de um berço diferentemente das mesmas sensações provocadas pelos braços carinhosos que nos enlaçam”.

Após o nascimento, o indivíduo entra em contato direto com a família, vizinhos, amigos, igreja, ação-realização fala-vivência, contexto social, se torna cada vez mais necessária o uso da linguagem para a vida em sociedade, pois o ser humano a usa para interagir e socializar-se no meio em que vive.

Assim, a linguagem surge nas suas múltiplas faces, seja na construção para comunicação, para a interação como expressão do pensamento, imposições, abordagens, e soluções para determinados fatos.

Numa comunidade onde os indivíduos usam a fala como meio de comunicação, para a construção de sua interação e socialização, expressão de seus desejos, suas vontades e pensamentos, a fazer questionamentos sobre tudo a sua volta e a propor soluções para determinados fatos ou acontecimentos das pessoas, como pensam e agem.

Observamos, portanto, que o sujeito desde cedo tem contato com a língua pátria, desenvolvendo-se em situações comunicativas e interacionais. Como sabemos cada um de nós trazemos conosco uma gramática internalizada, a qual nos possibilita reconhecer e organizar algumas estruturas da língua. Mediante este processo adquirimos a linguagem oral e escrita, esta se concretiza no espaço escolar desde os processos de alfabetização.

Nessa perspectiva, Ferreiro & Teberosky (1985, p. 21) destaca através de suas pesquisas psicogenéticas, que é preciso que o professor reconheça como as crianças aprendem e a importância do contexto sociocultural em que as situações de aprendizagem acontecem, corroborando, portanto, para a construção de ideias próprias em torno da função social da leitura e escrita como forma de comunicação.

A leitura é vista como um processo dinâmico de ação-reflexão, pois por traz das palavras ou signo linguístico existe uma vasta significação de conhecimento. Carvalho (2005, p.19) afirma que “ler pode ser definido pelo olhar: perspectiva de quem olha, de quem lança um olhar sobre o objeto, sobre um texto, seja ele verbal

ou não”. Desse modo, percebe-se que a leitura vai além da decodificação, do ato de apenas reconhecer ou identificar o código. O código é primeiro passo para a descoberta da leitura, neste sentido, torna-se imprudente invalidar a sua importância para um texto. Para Solé (1998, p. 51)

Para ter acesso ao texto, é preciso ter acesso ao seu código, assim como para ter acesso a mensagem emitida em um noticiário radiofônico ou televisivo, é imprescindível conhecer o código que o locutor utiliza para transmitir as notícias. Naturalmente, também pode ter acesso às mensagens codificadas em outras línguas, embora não as conheça solicitando a ajuda de um tradutor.

Sendo assim, a leitura inicia-se com a decodificação. Um exemplo para essa afirmação é o das crianças que ainda estão no processo inicial de leitura e buscam a significação, geralmente de um adulto, para uma palavra ainda desconhecida por ela.

Com base no exposto, compreendemos que para o ensino da leitura é essencial um ambiente alfabetizador. Nessa perspectiva, o espaço físico da escola, desde a educação infantil, deve propiciar situações de aprendizagem da leitura como prática social, na qual o estudante decodifica, compreende e expressa seus sentimentos, sensações, desejos e opiniões no cotidiano escolar.

Esse universo do letramento nos recoloca em uma discussão sobre as funções da escola na contemporaneidade. Seria a escola capaz de ensinar a leitura como prática social? Ou seja, com o exercício do letramento? Mas, o que é o letramento? Sobre essa questão, Kleiman (1995, p. 19) aponta que “podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. No caso específico da escola, sugerimos que a proposta sugerida por Kleiman em seu livro “Os significados do letramento” (1995), seja pontuada a partir da necessidade de formar cidadãos críticos e emancipados. Com essa premissa, problematizamos o exercício da leitura na escola pública, tendo em vista que ainda que tenhamos desenvolvido muitos estudos e pesquisas no campo do letramento, muitas práticas tradicionais ainda se perpetuam no cotidiano escolar.

Notamos com frequência que os educadores ainda insistem na aplicação de exercícios que tomam como referência o texto apenas para análises gramaticais ou para a resposta a perguntas que não problematizam a leitura nem possibilitam a reflexão sobre o contexto social em que o educando está inserido.

Para que consigamos repensar a leitura como prática social neste trabalho, inferimos uma reflexão de Lajolo (2004, p. 7) ao destacar que:

Ninguém nasce sabendo ler, aprende-se a ler à medida que se vive. Se ler livros geralmente se aprende nos bancos da escola, outras leituras se aprendem por aí, na chamada escola da vida: a leitura independe da aprendizagem formal e se faz na interação cotidiana com o mundo das coisas e dos outros.

Queremos partir, portanto, da característica principal da leitura como prática social: as relações entre o leitor e os significados do texto. Ainda que até há alguns tempos atrás, a leitura tenha sido ensinada na escola de forma mediada por professores ou bibliotecários apenas com o intuito de cumprir com protocolos de leitura determinados pela instituição escolar, cabe-nos reapresentar a leitura pensando em uma concepção de linguagem “que fornece artifícios para os alunos aprenderem, na prática escolar, a fazer escolhas éticas entre os discursos em que circulam. Isso possibilita aprender a problematizar o discurso hegemônico da globalização e os significados antiéticos que desrespeitam a diferença” (JURADO; ROJO, 2006, p. 53).

A leitura como prática social, portanto, caracteriza-se pelos processos nos quais nos tornamos conhecedores e nos mostramos capazes de acumular uma diversidade cultural. Concluimos que pela leitura forjamos a nós mesmos, constituindo nossa própria identidade. Nesse processo nos tornamos autônomos, críticos, reflexivos e autênticos.

Cabe à escola, portanto, tomar o destino desse caminho e, de uma vez por todas, reconhecer que tem o dever de exercer seu papel na formação do cidadão leitor. É urgente, assim, que a escola priorize a prática da leitura, a discussão e ofereça atividades permanentes que incentivem a construção dos sentidos dos textos que circulam socialmente. Trata-se, em suma, de oportunizar espaços onde os alunos possam exercer na escola essa prática extensiva da leitura que, como percebemos, é a predominante em nossa sociedade.

2 ENSINO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES CURRICULARES

Na esteira deste raciocínio, a escola é a principal instituição educativa que preza em atender as necessidades básicas do indivíduo, e sua função é inserir a o educando na cultura letrada, isto é, formar seres pensantes e atuantes para o meio social e cultural. Para reorganizarmos este saber, a escola tem como objeto de estudo a leitura de textos de diferentes gêneros textuais, que envolva e desperte nos discentes o gosto de ler e em consequência, a escrita. Assim, ao ter contato com esse universo literário, ampliará seu vocabulário, entenderá os diferentes falares seja no convívio familiar ou no meio social. Conforme PCN (1998. p. 58)

Formar leitores é algo que requer, portanto condições favoráveis para a prática de leitura que não se restringem apenas aos recursos materiais disponíveis, pois, na verdade, o uso que se faz dos livros e demais materiais impressos é o aspecto mais determinante para o desempenho da prática e do gosto pela leitura.

Ao trabalhar com a diversidade textual e suas características em sala de aula, bem como seus lugares de circulação social, propiciaremos a eles (alunos) uma leitura prazerosa tornará capazes de produzir com precisão e eficiência. Sendo assim, a leitura é primordial para a formação e promoção social do ser humano, é de suma importância proporcionar momentos de leitura prazerosa na sala de aula no educando, pois, a leitura é um dos meios mais eficazes para o desenvolvimento sistemático da linguagem e da personalidade humana, trabalhar com a linguagem é produzir com sentido. Leitura e escrita são primordiais para que o educando tenha acesso às informações de mundo. ORLANDI et al., (2005. p. 19) afirma

[...] Atribui-se a leitura um valor positivo absoluto: ela traria benefícios óbvios e indiscutíveis ao indivíduo e a sociedade - forma de lazer e de prazer, de aquisição de conhecimento e de enriquecimento cultural, de ampliação das condições do convívio social e de interação.

Cientes da realidade vivida por muitos alunos cuja convivência no ambiente familiar não tem hábito de leitura é possível fazermos uma reflexão acerca de se trabalhar textos que despertem o gosto pela leitura de forma prazerosa e que a mesma servirá de suporte para ação e interação seja no convívio familiar ou no meio social. Percebemos que a prática da leitura nos discentes é de grande relevância em virtude de possibilitar aos mesmos o entendimento da língua materna bem como de

seu uso no cotidiano, pois possibilita o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e psico-motor, transformando-o por inteiro, pronto pra atuar na sociedade onde vive.

Em uma perspectiva diferente a mencionada, a escola, durante o ensino da leitura, geralmente propõe um método característico que é feito passo a passo: primeiro decorar o alfabeto, depois soletrar, por fim, decodificar palavras isoladas, frases, até chegar aos contextos onde muitas vezes o aluno lê e não consegue interpretar o que leu. Para Solé (1998:52) “Aprender a decodificar pressupõe aprender as correspondências que existem entre os sons da linguagem e os signos ou os conjuntos de signos- gráficos-as letras e conjuntos de letras – que os representam”. Sendo assim, é perceptível que professores ainda seguem esta prática mecanicista de ensinar a leitura a partir da memorização dos signos linguísticos, sem saber de fato, para que aprender e impossibilitando os alunos de compreender a função verdadeira da leitura, o seu papel na vida do indivíduo e da sociedade.

Para confrontar essa perspectiva técnico-instrumental do ensino da leitura, Antunes (2010. P. 67) em seu livro “Aula de Português: encontro e interação” afirma:

A atividade da leitura completa a atividade da produção escrita. É, por isso, uma atividade de interação entre sujeitos e supõe muito mais que a simples decodificação dos sinais gráficos. O leitor, como um dos sujeitos da interação, atua participativamente, buscando recuperar, buscando interpretar e compreender o conteúdo e as intenções pretendidos pelo autor.

Com essa premissa, nosso desafio é pensar o ensino da leitura na educação básica e sua abordagem no currículo escolar. Sendo assim, assumimos o currículo como o que prescreve a Resolução CNE/CEB nº 7/2010, a qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Neste documento, o currículo é pensado como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento.

Tomando como referência as políticas de currículo no Brasil e suas relações com o ensino da leitura na educação básica, podemos analisar quais são as estratégias de leitura abordadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para aprofundar a nossa discussão.

Os PCN's surgem na década de 1990 quando muitas mudanças são visíveis na educação brasileira. Nesse contexto, as políticas educacionais em todo o mundo são repensadas com base no neoliberalismo econômico e na globalização. Como resultado desse contexto de articulação política, surgem os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996).

Em se tratando do ensino da leitura, os PCN's trazem uma concepção de leitor competente, como alguém capaz de compreender integralmente aquilo que lê, perpassando o nível explícito a ponto de identificar elementos implícitos. Além disso, fixar relações entre os textos que lê e outros já conhecidos, atribuindo-lhes sentidos e ainda justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos. Alguém que obtêm aptidão para selecionar trechos que atendam a uma necessidade sua e utiliza estratégias de leitura de forma a alcançar essa exigência.

Propomos, portanto, mediante esse cenário, que a escola na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico (PPP) possa pensar a leitura de forma interdisciplinar e transversal como sugere as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Na elaboração do currículo-projeto, a equipe da escola deve estipular ações e concepções que fundamentem como a leitura será ensinada na escola, para além das aulas de língua portuguesa, pensando os espaços e tempos educativos.

Defendemos essa possibilidade de articulação da escola em torno da defesa e promoção de uma leitura como prática social, Silva (2002, p. 16) colabora afirmando:

A leitura ocupa, sem dúvida um espaço privilegiado não só no ensino da língua portuguesa, mas também no de todas as disciplinas acadêmicas que objetivam a transmissão de cultura e de valores para as novas gerações. Isso porque a escola é, hoje e desde há muito tempo, a principal instituição responsável pela preparação de pessoas para o adentramento e a participação no mundo da escrita utilizando-se primordialmente de registros verbais escritos (textos) em suas práticas de criação e recriação de conhecimento.

O que acontece na escola é que a leitura por exercício de decodificação ou memorização - que não insere o aluno no contexto, que não o leva à descoberta do mundo e suas implicações - leva-o a pensar como se não existe para além dos muros da instituição escolar, um mundo a ser descoberto e decifrado cotidianamente. Ou seja, uma prática diária que dificilmente vai mobilizar o aluno a

desejar a ler, uma vez que quase sempre os textos são descontextualizados e fragmentados.

Sabemos que o sentido de leitura não é único e nem definitivo, pois modifica-se através dos contextos históricos e culturais, acompanhando as alterações do mundo, dependendo de como cada autor se apoia em determinada área do saber e do interesse de cada leitor.

É possível chegar à conclusão de que a leitura - como as demais aprendizagens - é um processo de construção pessoal e social a partir dos conhecimentos e das experiências de cada estudante, reforçado pelas oportunidades que lhe são oferecidas, como por exemplo, a criação de um espaço dentro da sala de aula que oportunize condições de acesso aos diferentes portadores de textos, possibilitando uma maior interação entre o aluno e os textos, atividades com leituras orais silenciosas, representações, trocas de ideias entre grupos de alunos, utilização da biblioteca escolar, dentre outras alternativas.

Por isso, o currículo escolar tem de ser pensado como o coração que faz pulsar todas essas ações que objetivam oportunizar aos estudantes da educação básica experiências diversas em torno da leitura, como sendo situações prazerosas e que possibilitem ressignificar os conhecimentos das diferentes áreas e componentes curriculares. Pereira (2009.p.170) afirma:

Assumo o currículo como redes de significação permeadas por relações de poder, e, em constante processo de deslocamento. Esses deslocamentos tornam-se importantes porque dão significação múltipla a prática social e cultural nele produzida. Essas práticas mediadas pelo poder produzem uma dinâmica complexa que se estabelece a partir de negociações. Portanto, se afasta cada vez mais do processo dialético (opressor e oprimido) e de estratégias que subvertem o conflito na negociação do poder, com o objetivo de atingir um pretensu consenso como nas análises gramscianas.

Entende-se por currículo escolar, um conjunto de conceitos e ações organizadas e promovidas pelos profissionais que fazem a educação básica, objetivando mostrar para a comunidade escolar a maneira de como a mesma pensa, elabora e executa suas ações no condizente a prática de leitura no ambiente escolar, e quais práticas propiciam no seio da mesma, a leitura como pratica social.

Ressaltamos, também, que o papel do professor é fundamental para a articulação de um currículo que repense os sentidos da leitura no espaço escolar. Sobre essa questão, Silva (2002. p. 22) em seu livro “A produção da leitura” diz que:

Dentre os pré-requisitos aqui apresentados para o ensino e a dinamização da leitura escolar, o trabalho do professor merece maior atenção. Isso porque, sem um professor que, além de se posicionar como um leitor assíduo, crítico e competente, entenda realmente a complexidade do ato de ler, as demais condições para a produção da leitura perderão em validade, potência e efeito.

O ensino da leitura na educação básica deve permitir ao professor e ao estudante condições necessárias para a formação de leitores críticos em uma sociedade que cada vez mais tem se apresentado problemática e repleta de desafios sociais. A leitura, talvez, seja uma arma cultural para combatermos essas questões postas pela sociedade pós-moderna e um artefato para que construamos coletivamente no espaço escolar por meio de ideias criativas e políticas, projetos formativos pluralistas e emancipacionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo foi possível verificar que a leitura como prática social é um processo constante pelo qual a escola, como agência de letramento, deve perpassar cotidianamente por meio de suas práticas educativas. Com base nessa perspectiva, nosso objetivo foi possibilitar uma revisão bibliográfica acerca da leitura como prática social e o espaço escolar.

Nesse contexto, operamos na tentativa de promover um discurso político e pedagógico pautado na esperança de promovermos escolas que tenham a leitura como eixo balizador de seu projeto político pedagógico, abordando as práticas de leitura de forma interdisciplinar e transversal, garantindo uma formação humana e integral de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação básica.

Assim como percebemos ao longo deste trabalho, a leitura é muito mais do que simples decodificação do signo linguístico. Ler é descobrir, viajar, conhecer, aventura-se pelo mundo da sabedoria. Desfrutando de novas experiências que nos servirão de aprendizado e nos tornam mais humanos, críticos e participativos na sociedade.

Projetamos nesse cenário, uma escola que seja capaz de cumprir com o prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), a qual determina que a educação tem como finalidade formar o homem para o exercício pleno da cidadania. Isso compreende pensar uma escola que se situe na contemporaneidade como lugar de práticas de leitura na promoção da cidadania.

A leitura como prática social, por conseguinte, deve estar pautada no Projeto Político Pedagógico da escola, no qual, professores e demais atores da unidade escolar precisam planejar como a leitura será pensada e praticada no cotidiano da escola, aproveitando suas potencialidades educativas e redesenhando um currículo para a formação humana integral de nossos educandos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. *Aula de Português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 12/04/2015.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 7, de 4 de junho de 2010*. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. MEC, Brasília: 2013.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Trad. Diana M. Lichtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

JURADO, Shirley; ROJO, Roxane. *A leitura no ensino médio: o que dizem os documentos oficiais e o que se faz?* In: BUZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no ensino médio e formação do professor*.

KLEIMAM, Ângela. *Os significados do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 6. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa. *A centralidade da pluralidade cultural nos debates contemporâneos no campo do currículo*. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.2, pp.169-184, Jul/Dez 2009.

SOARES, Magda. *As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto*. In: SILVA, Ezequiel T. da; ZILBERMAN, Regina. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. 5. Ed. São Paulo: Atica, 2006 .

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. 6. ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *A produção da leitura na escola: Pesquisas x Propostas*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2002.